

Águas de  
Camboriú  
Saneamento SPE  
S.A.

**Demonstrações financeiras em 31  
de dezembro de 2017 e 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da  
**Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.**  
Camboriú - SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que as obras da Estação de Tratamento de Água ainda não foram concluídas e a Companhia depende substancialmente do fornecimento de água pela Emasa – Empresa Municipal de Água e Saneamento do Balneário de Camboriú (“Emasa”) para cumprir com as suas obrigações do contrato de concessão. Essa dependência de fornecimento de água está contida no plano de negócios da Companhia, portanto, essas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação à esse assunto.



### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

## Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2017	2016	Passivos	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	174	66	Fornecedores e empreiteiros	10	4.407	3.387
Aplicações financeiras	5	1.858	42.245	Obrigações trabalhistas e sociais	11	402	285
Contas a receber de clientes	6	2.866	2.519	Obrigações fiscais		123	110
Estoques		188	138	Imposto de renda e contribuição social		-	73
Impostos a recuperar	7	633	2	Dividendos a pagar	8	59	408
Outros créditos		378	242	Outras contas a pagar		16	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.097</b>	<b>45.212</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.007</b>	<b>4.263</b>
Contas a receber de clientes	6	20	1	Passivo fiscal diferido	18	109	-
Ativo fiscal diferido	18	-	97	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	17.920	46.236
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>20</b>	<b>98</b>	Outras contas a pagar	8	477	-
Intangível	9	20.363	9.192	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>18.506</b>	<b>46.236</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>20.383</b>	<b>9.290</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	13		
				Capital social		2.692	2.692
				Reserva de lucros		275	1.311
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>2.967</b>	<b>4.003</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>23.513</b>	<b>50.499</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>26.480</b>	<b>54.502</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>26.480</b>	<b>54.502</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	14	26.234	20.539
Custos dos serviços prestados	15	<u>(20.381)</u>	<u>(15.810)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>5.853</u>	<u>4.729</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	16	(4.547)	(2.949)
Outras receitas operacionais		<u>14</u>	<u>10</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<u>1.320</u>	<u>1.790</u>
Receitas financeiras	17	3.384	1.000
Despesas financeiras	17	<u>(4.242)</u>	<u>(222)</u>
<b>Resultado financeiro</b>		<u>(858)</u>	<u>778</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>462</u>	<u>2.568</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(214)</u>	<u>(815)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>248</u></u>	<u><u>1.753</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>248</u>	<u>1.753</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>248</u></u>	<u><u>1.753</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Capital social	Legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016 (não auditado)</b>		1.513	-	-	(34)	1.179	2.658
Aumento de capital social		1.179	-	-	-	(1.179)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.753	-	1.753
Destinação:							
Compensação de prejuízos com reserva de lucros		-	-	(34)	34	-	-
Reserva legal	13 b	-	86	-	(86)	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	(408)	-	(408)
Lucros retidos	13 c	-	-	1.259	(1.259)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		2.692	86	1.225	-	-	4.003
Lucro líquido do exercício		-	-	-	248	-	248
Destinação:							
Dividendos pagos		-	-	(1.225)	-	-	(1.225)
Reserva legal	13 b	-	12	-	(12)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13 d	-	-	-	(59)	-	(59)
Lucros retidos	13 c	-	-	177	(177)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		2.692	98	177	-	-	2.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>Nota</b>		
Resultado antes dos impostos	18	462	2.568
Ajustes para:			
Amortização	9, 15 e 16	314	89
Juros sobre debêntures	17 e 22	2.953	-
Amortização do custo de captação	22	774	-
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 17	(2.259)	(137)
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 17	6	1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 16	(88)	173
Baixa de títulos do contas a receber	6 e 16	58	132
Provisão para bônus diretoria	8	477	-
		<u>2.697</u>	<u>2.826</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) / Diminuição dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(342)	(2.826)
Estoques		(50)	(138)
Impostos a recuperar		(148)	(2)
Outros créditos		(136)	(220)
<b>Aumento / (Diminuição) dos passivos</b>			
Fornecedores e empreiteiros		1.020	3.361
Obrigações trabalhistas e sociais		117	285
Obrigações fiscais		13	110
Outras contas a pagar		16	-
Juros pagos	22	(3.574)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	(81)	(818)
<b>Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<u>(468)</u>	<u>2.578</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras		42.163	(40.651)
Aquisição de intangível	9	(10.864)	(8.103)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento</b>		<u>31.299</u>	<u>(48.754)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Debêntures captadas	22	38.178	-
Custo na captação de debêntures	22	(774)	-
Debêntures pagas	22	(38.178)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.633)	-
Contas correntes líquida partes relacionadas		(28.316)	46.236
<b>Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento</b>		<u>(30.723)</u>	<u>46.236</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>108</u>	<u>60</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		66	6
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	<u>174</u>	<u>66</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>108</u>	<u>60</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Camboriú, Santa Catarina. A Companhia foi constituída em 16 de setembro de 2015. Em 16 de maio de 2016, houve a transformação de sociedade limitada para sociedade por ações. A Companhia iniciou efetivamente suas operações em novembro de 2015 de acordo com o Contrato de Concessão nº 016/2015 firmado com a Prefeitura Municipal de Camboriú.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e outras disposições outorgados pelo município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de 35 anos.

O contrato prevê diversos compromissos até o final da concessão, necessários a modernizar e ampliar o sistema, nos termos fixados na legislação Municipal e valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 159.007.

Os principais marcos contratuais assumidos são: (i) cobertura de 98% de água potável até 2017, 99% até 2019, 99,5% até 2020 e até 2021 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 40% de esgotamento sanitário até 2019, 75% até 2020 e 100% até 2021, devendo manter esse índice até o final da concessão.

A implantação do sistema de esgotamento sanitário (coleta, afastamento e tratamento) não está dentro do escopo das atividades da concessão dos serviços, somente a operação, manutenção, ampliação e modernização (crescimento vegetativo) do sistema. O sistema de esgotamento sanitário será entregue em 2019 pelo poder Concedente à Companhia.

Atualmente a Companhia adquire água tratada da EMASA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú “Emasa”, conforme descrito no Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 003/2014, para fins do cumprimento de suas obrigações previstas no contrato de concessão No 16/2015. Essa dependência de fornecimento de água está contida no plano de negócios da Companhia para o atendimento das metas contratuais pelo período de tempo necessário até a conclusão das obras da Estação de Tratamento de Água que está prevista para até o final do ano de 2018.

O fornecimento de água está suportado pelo contrato nº 01/2016 com vigência até setembro de 2020, sendo prorrogável mediante termos aditivos, por mais 12 meses. Por fim, a Companhia avalia não existir risco na interrupção de fornecimento de água tratada por parte da EMASA.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 9 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 12 - reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 14 - reconhecimento de receita; e
- Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

### **d. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### a. Receita operacional

##### (i) *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

##### (ii) *Serviços de abastecimento de água e esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

##### (iii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

#### b. Instrumentos financeiros

##### (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**c. Capital social - Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

**d. Estoques**

Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

**e. Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, à qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “n”.
- Intangível em andamento.

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados das debêntures.

**f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**g. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**i. Provisão de manutenção - Contratos de Concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 com relação a este assunto.

**j. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**k. Benefícios a empregados**

**(i) Benefício de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde**

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

**l. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre debêntures, despesas com comissões bancárias e ajuste a valor presente de clientes. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

**m. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam

relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(ii) Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido tendo como base as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas Leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

**(iii) Exposições fiscais**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

**n. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura**

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário

tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos das debêntures atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

**o. Capitalização dos custos das debêntures**

Os custos das debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planejou adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

**Impactos esperados na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:**

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 48 / IFRS 9 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados. A aplicação da referida norma na Companhia não impacta o critério de mensuração atual.

**(i) Classificação de ativos financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios da entidade para o gerenciamento do ativo financeiro quanto as suas características dos fluxos de caixa contratuais.

A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA);
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), eliminando as categorias propostas pelo CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, não teriam um impacto na contabilização para 2018, desta forma continuaria como VJR e custo amortizado.

**(ii) Classificação de passivos financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e

- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros para 2018.

(iii) **Redução no valor recuperável (Impairment)**

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 pelo de “perdas de crédito esperadas”, o qual se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Sob a nova norma, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: perdas de crédito resultantes de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório. É aplicada se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: perdas de crédito resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. É aplicada se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório.

Entretanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Uma Companhia pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

Dentro da abordagem de perda esperada, dois modelos são propostos, o primeiro, um modelo mais robusto e complexo, probabilístico, denominado modelo de 3 estágios, voltado precipuamente a instituições financeiras, segundo o qual a deterioração creditícia do emissor do ativo vai calibrando o montante das perdas esperadas, promovendo com isso um alisamento de resultado. E outro modelo mais simples, que utiliza expediente práticos para mensurar a perda esperada, por exemplo, especificar taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a conta a receber de cliente está vencida, a qual optamos conforme permite o CPC 48/ IFRS 9.

Na avaliação da Companhia, que adotou a abordagem simplificada para mensurar a perda esperada, a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 a serem registrados e divulgados durante o exercício de 2018, resultará, em relação à perda por redução ao valor recuperável reconhecida de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, uma redução no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados em torno de R\$ 210 e no contas a receber a redução em torno de R\$ 320, conforme orienta o respectivo normativo.

A Companhia não finalizou o teste de adequação dos seus sistemas e revisão de seus controles internos e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

### **Impactos esperados na adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:**

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar quando uma receita deve ser reconhecida e mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em nossa avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou de melhoria) usada para prestar um serviço público podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

A natureza da remuneração paga pelo concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato, seja por operação e/ou construção. Essa remuneração pode corresponder aos seguintes direitos:

- **Prestação de Serviços**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados e quando ocorre a prestação de mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

- **Serviços de construção ou de melhoria**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no ativo intangível na medida que ocorre a transferência contínua dos riscos e benefícios significativos, medidos na proporção do estágio de conclusão do contrato e/ou na medida que os custos são incorridos, diretamente relacionados aos respectivos ativos formados.

**Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:**

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados.

**q. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2017	2016
Bancos conta movimento	174	66
	<u>174</u>	<u>66</u>

O saldo de bancos conta movimento compreende basicamente os depósitos bancários disponíveis.

## 5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2017	2016
Aplicações pós-fixadas	75% a 100,4% do CDI	janeiro/2017 a maio/2021	-	42.245
Fundo de Investimento Safira	97,47% a 127,92% do CDI	Indeterminado	<u>1.858</u>	<u>-</u>
			<u>1.858</u>	<u>42.245</u>

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivo, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa na atividade de investimento.

### Movimentação das aplicações financeiras

<b>Saldo de 31 de dezembro de 2016</b>	42.245
Aplicação	119.308
( - ) Resgate de principal	(159.669)
( - ) Resgate de juros	(1.683)
Incidência de IR	(483)
Incidência de IOF	(119)
Juros no exercício	<u>2.259</u>
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2017</b>	<u>1.858</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

## 6 Contas a receber de clientes

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Faturamento de serviços de água	2.211	2.046
Receita a faturar de serviços de água	760	647
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(85)</u>	<u>(173)</u>
	<u>2.886</u>	<u>2.520</u>
Circulante	2.866	2.519
Não circulante	20	1

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está assim representado:

Classe de consumidor	<b>Saldos vencidos</b>		
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Até 180 dias</b>	<b>Total em 2017</b>
Residencial	648	640	1.288
Comercial	120	86	206
Industrial	15	10	25
Setor público	17	34	51
Subtotal consumidores	800	770	1.570
Renegociações (i)	439	202	641
	1.239	972	2.211

Classe de consumidor	<b>Saldos vencidos</b>		
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Até 180 dias</b>	<b>Total em 2016</b>
	542		1.482
Residencial		940	
Comercial	144	108	252
Industrial	9	9	18
Setor público	27	14	41
Subtotal consumidores	722	1.071	1.793
Renegociações (i)	157	96	253
	879	1.167	2.046

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2017 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 7 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2016) calculados individualmente para cada fatura, com base na taxa de 4,84% a.a. Em 31 de dezembro de 2017, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 6 de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	<b>Saldos vencidos</b>		
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Até 180 dias</b>	<b>Total em 2017</b>
Residencial	(7)	(29)	(36)
Comercial	(3)	(10)	(13)
Industrial	(1)	-	(1)
Renegociações	(5)	(30)	(35)
	(16)	(69)	(85)

	<b>Saldos vencidos</b>		<b>Total em 2016</b>
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Até 180 dias</b>	
Residencial	(24)	(113)	(137)
Comercial	(2)	(11)	(13)
Industrial	-	(2)	(2)
Setor público	(2)	(11)	(13)
Renegociações	(3)	(5)	(8)
	<u>(31)</u>	<u>(142)</u>	<u>(173)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

<b>Natureza</b>	<b>Saldo em 2016</b>	<b>(Adições)/ Reversões</b>	<b>Saldo em 2017</b>
Correntes	(165)	115	(50)
Renegociações	(8)	(27)	(35)
	<u>(173)</u>	<u>88</u>	<u>(85)</u>

  

<b>Natureza</b>	<b>Saldo em 2015 (não auditado)</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldo em 2016</b>
Correntes	-	(165)	(165)
Renegociações	-	(8)	(8)
	<u>-</u>	<u>(173)</u>	<u>(173)</u>

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente e parcelado em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa e títulos baixados conforme critérios abaixo.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos há mais de 180 dias, de valores individuais até R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores até R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram baixados títulos diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 58 (R\$ 132 em 31 de dezembro de 2016).

## 7 Impostos a recuperar

	2017	2016
PIS - Programa de integração social	4	-
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	14	-
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	470	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	145	2
	<hr/>	<hr/>
	633	2
	<hr/>	<hr/>

## 8 Transações com partes relacionadas

### Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal chave da Administração, que contempla a Diretoria, totalizou R\$ 366 (R\$ 75 em 31 de dezembro de 2016) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Em Reunião de Diretoria realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado a constituição de provisão para pagamento adicional de prêmio extraordinário aos diretores no montante de R\$ 477 a ser realizado a partir de 2019, relativo à performance da Companhia auferida nos últimos exercícios sociais, reconhecido na rubrica outras contas a pagar não circulante.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

### Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

### Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e com Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2017	2016
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Aquisições de ativo intangível no exercício</b>		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	1.556	1.144
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	-	28
	1.556	1.172
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	87	537
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	138	155
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	11	9
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	31	20
	267	721
<b>Dividendos a pagar</b>		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	59	408
	59	408
<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Contas correntes a pagar para partes relacionadas</b>		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	17.920	46.236
	17.920	46.236
	18.246	47.365
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Custo dos serviços prestados</b>		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	169	48
	169	48
<b>Despesas de vendas, administrativas e gerais</b>		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	1.653	903
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	138	170
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	179	65
	1.970	1.138
	2.139	1.186

- (a) Refere-se a serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e serviço de desenvolvimento e manutenção de software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.
- (b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Refere-se a contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda.
- (d) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante, referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.
- (e) A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 59 (R\$ 408 em 31 de dezembro 2016) no passivo circulante referente a dividendos a pagar a sua acionista Aegea Saneamento e Participações S.A.

## 9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

### a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2017		2016	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>						
Outorga / Contrato de concessão	35	2,9%	1.178	(67)	1.111	1.144
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	4.124	(2)	4.122	846
Edificações de estações de tratamento	de 33 a 35	3,0%	4.617	(79)	4.538	2.133
Máquinas e equipamentos	de 10 a 25	8,1%	235	(19)	216	153
Outros componentes	de 03 a 15	12,2%	749	(219)	530	371
			<b>10.903</b>	<b>(386)</b>	<b>10.517</b>	<b>4.647</b>
<b>Intangível em andamento</b>						
Intangível em andamento			9.821	-	9.821	4.506
			<b>9.821</b>	<b>-</b>	<b>9.821</b>	<b>4.506</b>
<b>Software</b>						
Licença de uso de <i>software</i>	03	33,3%	42	(17)	25	39
			<b>42</b>	<b>(17)</b>	<b>25</b>	<b>39</b>
			<b>20.766</b>	<b>(403)</b>	<b>20.363</b>	<b>9.192</b>

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2016			2015
			Custo	(-) Amortização	Líquido	(não auditado) Líquido
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>						
Outorga / Contrato de concessão	35	2,9%	1.178	(34)	1.144	1.178
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	846	-	846	-
Edificações de estações de tratamento	de 34 a 35	2,9%	2.149	(16)	2.133	-
Máquinas e equipamentos	de 10 a 25	8,2%	156	(3)	153	-
Outros componentes	de 03 a 15	13,5%	404	(33)	371	-
			<b>4.733</b>	<b>(86)</b>	<b>4.647</b>	<b>1.178</b>
<b>Intangível em andamento</b>						
Intangível em andamento			4.506	-	4.506	-
			<b>4.506</b>	<b>-</b>	<b>4.506</b>	<b>-</b>
<b>Software</b>						
Licença de uso de <i>software</i>	03	33,3%	42	(3)	39	-
			<b>42</b>	<b>(3)</b>	<b>39</b>	<b>-</b>
			<b>9.281</b>	<b>(89)</b>	<b>9.192</b>	<b>1.178</b>

**b. Movimentação do custo**

Ativo	2016		2017	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>				
Outorga / Contrato de concessão	1.178	-	-	1.178
Instalações técnicas de saneamento	846	-	3.278	4.124
Edificações de estações de tratamento	2.149	-	2.468	4.617
Máquinas e equipamentos	156	72	7	235
Outros componentes	404	105	240	749
	<b>4.733</b>	<b>177</b>	<b>5.993</b>	<b>10.903</b>
<b>Intangível em andamento</b>				
Intangível em andamento	4.506	11.308	(5.993)	9.821
	<b>4.506</b>	<b>11.308</b>	<b>(5.993)</b>	<b>9.821</b>
<b>Software</b>				
Licença de uso de <i>software</i>	42	-	-	42
	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42</b>
	<b>9.281</b>	<b>11.485</b>	<b>-</b>	<b>20.766</b>

Ativo	2015	2016		
	(não auditado)	Adições	Transferências	Custo
	Custo			
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>				
Outorga / Contrato de concessão	1.178	-	-	1.178
Instalações técnicas de saneamento	-	-	846	846
Edificações de estações de tratamento	-	-	2.149	2.149
Máquinas e equipamentos	-	156	-	156
Outros componentes	-	243	161	404
	<b>1.178</b>	<b>399</b>	<b>3.156</b>	<b>4.733</b>
<b>Intangível em andamento</b>				
Intangível em andamento	-	7.669	(3.163)	4.506
	-	<b>7.669</b>	<b>(3.163)</b>	<b>4.506</b>
<b>Software</b>				
Licença de uso de <i>software</i>	-	35	7	42
	-	<b>35</b>	<b>7</b>	<b>42</b>
	<b>1.178</b>	<b>8.103</b>	<b>-</b>	<b>9.281</b>

**c. Movimentação da amortização**

Ativo	2016	2017	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>			
Outorga / Contrato de concessão	(34)	(33)	(67)
Instalações técnicas de saneamento	-	(2)	(2)
Edificações de estações de tratamento	(16)	(63)	(79)
Máquinas e equipamentos	(3)	(16)	(19)
Outros componentes	(33)	(186)	(219)
	<b>(86)</b>	<b>(300)</b>	<b>(386)</b>
<b>Software</b>			
Licença de uso de <i>software</i>	(3)	(14)	(17)
	<b>(3)</b>	<b>(14)</b>	<b>(17)</b>
	<b>(89)</b>	<b>(314)</b>	<b>(403)</b>

Ativo	2016	
	Adições	Amortização acumulada
<b>Direito de exploração da infraestrutura</b>		
Outorga / Contrato de concessão	(34)	(34)
Instalações técnicas de saneamento	-	-
Edificações de estações de tratamento	(16)	(16)
Máquinas e equipamentos	(3)	(3)
Outros componentes	(33)	(33)
	<b>(86)</b>	<b>(86)</b>
<b>Software</b>		
Licença de uso de <i>software</i>	(3)	(3)
	<b>(3)</b>	<b>(3)</b>
	<b>(89)</b>	<b>(89)</b>

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros sobre debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados R\$ 621 a uma taxa média de 10,48% a.a. (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2017.

## 10 Fornecedores e empreiteiros

	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços	4.140	2.666
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	267	721
	<b>4.407</b>	<b>3.387</b>

## 11 Obrigações trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários e ordenados	-	13
Participação nos resultados a pagar	205	111
Provisão de férias	103	82
Encargos sociais	94	79
	<b>402</b>	<b>285</b>

## 12 Provisão para contingências

### a. Processos cíveis

Os processos cíveis correspondem principalmente as causas envolvendo ações de contestação de taxas sobre serviços e inscrição de cadastro de proteção ao crédito, em 31 de dezembro de 2017, totalizavam R\$ 41 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

### b. Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem a reclamações trabalhistas referentes à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 61 (R\$ 0 em 31 de dezembro 2016), que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

## 13 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social totalmente integralizado é de R\$ 2.692, e está representado por 2.692.060 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, os sócios e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2017	2016
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	0,01%	0,01%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Em 30 de junho de 2016, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., aumentou o capital social da Companhia no valor de R\$ 1.179, através da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), totalizando um capital social de R\$ 2.692.

### b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital.

### c. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

**d. Dividendos**

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2017 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	248
(-) Constituição da reserva legal	<u>(12)</u>
Lucro líquido ajustado	236
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	59
<b>Dividendos propostos no exercício de 2017</b>	<u>59</u>
Dividendos propostos do resultado do exercício de 2017	<u><u>59</u></u>

A Administração da Companhia apresentará à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as contas do exercício, proposta para distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 59.

Em 06 de março de 2017, os acionistas destinaram dividendos no montante de R\$ 1.225 e pagaram dividendos intermediários no montante de R\$ 1.633.

**14 Receita operacional líquida**

	2017	2016
<b>Receita de prestação de serviços</b>		
Serviços de abastecimento de água	15.698	14.450
Outros serviços indiretos de água	1.216	327
Receitas de construção	<u>11.308</u>	<u>7.669</u>
<b>Total receita bruta</b>	<u>28.222</u>	<u>22.446</u>
<b>Deduções da receita bruta</b>		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(467)	(595)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(1.521)</u>	<u>(1.312)</u>
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<u>26.234</u>	<u>20.539</u>

**15 Custos dos serviços prestados por natureza**

	2017	2016
Pessoal	(1.022)	(699)
Conservação e manutenção	(297)	(130)
Serviços de terceiros	(1.753)	(1.823)
Serviços de terceiros para tratamento de água	(4.325)	(4.081)
Materiais, equipamentos e veículos	(119)	(93)
Amortização	(203)	(68)
Créditos de PIS e COFINS	253	2
Custo de concessão	(151)	(60)
Custo de construção	(11.308)	(7.669)
Energia elétrica	(535)	(526)
Locação	(683)	(486)
Outros	<u>(238)</u>	<u>(177)</u>
	<u>(20.381)</u>	<u>(15.810)</u>

## 16 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Pessoal	(1.350)	(862)
Conservação e manutenção	(99)	(9)
Serviços de terceiros	(2.002)	(1.106)
Materiais, equipamentos e veículos	(117)	(54)
Amortização	(111)	(21)
Energia elétrica	(14)	(3)
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	88	(173)
Baixa de títulos do contas a receber	(58)	(132)
Seguros	(3)	(33)
Viagens e estadias	(60)	(39)
Impostos, taxas e contribuições	(25)	(4)
Locação	(220)	(132)
Publicidade e Propaganda	(438)	(245)
Outras	(138)	(136)
	<u>(4.547)</u>	<u>(2.949)</u>

## 17 Resultado financeiro

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receitas</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.259	137
Juros e multa recebidos ou auferidos	413	188
Outras receitas financeiras	712	675
<b>Receitas financeiras</b>	<u>3.384</u>	<u>1.000</u>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre debêntures	(2.953)	-
Despesas com IOF	(119)	(7)
Despesas e comissões bancárias	(230)	(167)
Ajuste a valor presente de clientes	(6)	(1)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(157)	(47)
Amortização dos custos atribuíveis sobre debêntures	(777)	-
<b>Despesas financeiras</b>	<u>(4.242)</u>	<u>(222)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(858)</u>	<u>778</u>

## 18 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está apresentada como segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	462	2.568
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(157)	(873)
Despesas indedutíveis	(186)	(14)
PAT e outros incentivos fiscais	-	48
Inovação Tecnológica	125	-
Outras diferenças permanentes	4	24
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(8)	(912)
Diferido	(206)	97
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(214)	(815)
Alíquota efetiva	46%	32%
<b>Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos</b>		<b>2017</b>
Total do imposto de renda e contribuição social apurados		(8)
Saldo a pagar de anos anteriores		(73)
Total do IR/CS pagos conforme demonstração do fluxo de caixa		(81)

**b. Composição e movimentação dos impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<b>2016</b>	<b>Resultado</b>	<b>2017</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	59	(30)	29
Provisão para participação nos lucros	38	32	70
Ajuste a valor presente de clientes	-	2	2
<b>Ativo fiscal diferido</b>	97	4	101
Juros capitalizados no intangível	-	(210)	(210)
<b>Passivo fiscal diferido</b>	-	(210)	(210)
<b>Ativo (Passivo) fiscal diferido líquido</b>	97	(206)	(109)

## 19 Instrumentos financeiros

### Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

### Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 85, representando aproximadamente 2,86% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2016, esta provisão era de R\$ 173, representando aproximadamente 6,42% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	174	66
Aplicações financeiras	1.858	42.245
Contas a receber de clientes	2.886	2.519
	<u>4.918</u>	<u>44.830</u>

## Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

## Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

2017							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e empreiteiros	4.407	4.407	4.407	-	-	-	-
Dividendos a pagar	59	59	59	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	17.920	17.920	-	-	-	-	17.920
Outras contas a pagar	492	492	15	477	-	-	-
	<u>22.878</u>	<u>22.878</u>	<u>4.481</u>	<u>477</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.920</u>
2016							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e empreiteiros	3.387	3.387	3.387	-	-	-	-
Dividendos a pagar	408	408	408	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	46.236	46.236	-	-	46.236	-	-
	<u>50.031</u>	<u>50.031</u>	<u>3.795</u>	<u>-</u>	<u>46.236</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

## Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2017	2016
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<i>Ativos financeiros</i>	1.858	42.245
Aplicações financeiras	1.858	42.245

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. 2017	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>1- Ativos financeiros</b>								
		Variação						
Aplicações financeiras	1.858	do CDI	6,89%	128	160	192	96	64
				128	160	192	96	64

## Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2017
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	174	-	174
Aplicações financeiras	5	1.858	-	-	1.858
Contas a receber de clientes	6	-	2.886	-	2.886
<b>Total</b>		1.858	3.060	-	4.918
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	4.407	4.407
Dividendos a pagar	8	-	-	59	59
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	8	-	-	17.920	17.920
Outras contas a pagar		-	-	492	492
<b>Total</b>		-	-	22.878	22.878

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2016
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	66	-	66
Aplicações financeiras	5	42.245	-	-	42.245
Contas a receber de clientes	6	-	2.520	-	2.520
<b>Total</b>		<u>42.245</u>	<u>2.586</u>	<u>-</u>	<u>44.831</u>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	3.387	3.387
Dividendos a pagar	8	-	-	408	408
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	8	-	-	46.236	46.236
<b>Total</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.031</u>	<u>50.031</u>

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Apuração do valor justo

**Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

## 20 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal referente a taxa de regulação que corresponde a 0,90% da receita operacional bruta.

## 21 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais Leis e regulamentos em vigor.

## 22 Informações suplementares aos fluxos de caixa

Como complemento ao entendimento das transações ocorridas no grupo de debêntures na demonstração de fluxo de caixa, está demonstrada a seguir a movimentação das debêntures no exercício:

### Movimentação das dívidas

<b>Saldo inicial de 31 de dezembro de 2016</b>	-
Captações	38.178
(-) Pagamentos do principal	(38.178)
(-) Pagamentos de juros	(3.574)
Provisão de juros	2.953
Juros capitalizados no intangível	621
(-) Custo de captação do exercício	(774)
Amortização de custo de captação do exercício	774
<b>Saldo final de 31 de dezembro de 2017</b>	<b>-</b>

\* \* \*

### Contadora

Sara Luana Grisi  
CRC 1SP-292400/O-3